

A Ciência e os caminhos do desenvolvimento

Investimento em Educação e Desenvolvimento Social nos Municípios Brasileiros

Ana Beatriz Severo Xavier, Vitor de Moraes Peixoto

A Constituição Federal de 1988 traz aos entes federados um regime de colaboração, organização e divisão dos custos operacionais do sistema de educação nacional. Os municípios, agora considerados ente federados, contam com a obrigação de destinar pelo menos 25% da sua receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) em 1996, os municípios passam por lei a terem seu escopo de atuação delimitado, e se tornam responsáveis pela oferta da educação infantil, e prioritariamente o ensino fundamental. O principal objetivo deste trabalho foi analisar o volume de recursos destinados a educação pelos municípios brasileiros e o desenvolvimento social destes, para isso o trabalho utilizou de métodos quantitativos. Na empreitada foram empregados indicadores políticos, administrativos e sociais. Para instrumentalizar a variável política as dimensões do IDEB foram analisadas por partido do prefeito eleito no ciclo de 2008. A fim de operacionalizar a variável administrativa se utilizou os gastos dos municípios brasileiros em educação por aluno matriculado na rede municipal. Com o intuito de mensurar o desenvolvimento social foram utilizados os seguintes indicadores: o IDEB, para aferir a qualidade da educação; o IDHM, para medir o desenvolvimento social; e o Índice de Gini, para estimar a desigualdade social. O presente trabalho constatou um aumento médio das dimensões que compõem o indicador de qualidade da educação, com ênfase nos anos iniciais com os melhores resultados. Observou-se também que o desempenho médio entre os partidos foi semelhante nos anos analisados, tanto para a Prova Brasil, quanto para o Indicador de Rendimento. O PSDB e o PP apresentaram as melhores médias de desempenho, tanto para os anos iniciais quanto finais do ensino fundamental. Ao correlacionar o valor despendido para financiar a educação com o desempenho dos municípios nas dimensões que compõem o IDEB e o IDHM, foi encontrada correlação positiva; no que tange ao Gini foi encontrada correlação negativa. O resultado mostrou que há relação entre gasto com educação por aluno e melhora no IDEB e IDHM, e juntamente com isso, há uma redução no índice de Gini, o que demonstra uma relação entre diminuição da desigualdade de renda e o volume de recursos investidos em educação.

Palavras-chave: Gasto Público, Desenvolvimento Social, Partidos Políticos.

Instituição de fomento: CNPq